

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA  
PÚBLICA DA CÂMARA  
MUNICIPAL DA GUARDA  
REALIZADA NO DIA 21 DE  
DEZEMBRO DE 2021 -----**

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, nesta cidade da Guarda, no edifício dos Paços do Concelho e na sala de reuniões ao efeito destinada, reuniu a Câmara Municipal da Guarda com a presença dos seguintes elementos: -----

Sérgio Fernando da Silva Costa, Presidente, Amélia Maria da Silva Ramos Fernandes, Diana Catarina Rodrigues Monteiro, Carlos Alberto Chaves Monteiro, Vítor Manuel dos Santos Amaral e Luís António Vaz do Couto, Vereadores. -----

**ABERTURA**

Verificada a existência de quórum, o senhor Presidente declarou aberta a reunião quando eram dez horas e oito minutos, tendo seguidamente colocado à votação as atas das reuniões anteriores que foram aprovadas por unanimidade. -----

**FALTAS**

Verificou-se a falta da Senhora Vereadora Maria Lucília Neves Pina Monteiro tendo a Câmara considerado a mesma justificada. -----

**ANTES DA ORDEM DO DIA**

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Bom dia a todas e a todos. Começava pelas atas das Reuniões anteriores. Os serviços já não conseguiram terminar a última e, portanto, se concordarem virá à próxima, a desta última Reunião.” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Eu, nas atas, tinha só aqui algumas correções materiais. Portanto, (...) anotei, depois se calhar...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Faça chegar ao...” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Certo. Tenho aqui as notas, depois falo com a responsável.”-----
- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Mas, é muita coisa, ou não?” -----
- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Todas têm. Algumas incorreções, frases que não estão completas, talvez por deficiente percepção da gravação.” -----
- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “O que é que eu propunha, que se aprovassem as atas e essas correções, se houver alguma questão, o serviço terá que confrontar com o áudio, digamos assim, e depois de verificar, se não houver nenhum problema, integra-se imediatamente, se houver aí alguma dúvida faz-se a interação, naturalmente.” -----
- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Correto.” -----
- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Vereador Luís Couto, relativamente às atas.” -----
- **Luís Couto, Vereador:** “O único problema com as atas é há aqui algumas (...), com alguns erros ortográficos (...), que muitas vezes quando estamos a escrever dá o erro e passa e anda. Se fosse (...) era mais fácil.”-----
- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Mas de resto, nenhuma consideração a fazer mais, sobre as atas?-----
- **Luís Couto, Vereador:** “Não.” -----
- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Então podemos considerá-las aprovadas. E estas correções materiais sujeitas à integração destas correções materiais, que os serviços irão confrontar com os áudios, se alguma questão houver, depois faz-se a interação.” -----
- **Luís Couto, Vereador:** “Eu só queria salvar a ata do dia treze de setembro, em que eu não estive presente, portanto, é para ser, enfim, abstenho-me, não tenho voto.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito bem. Na do dia treze de setembro, muito bem. Ora bem, entrando no período Antes da Ordem do Dia. Pois, eu tinha aqui uma pequena alteração na Ordem do Dia, mas antes de iniciarmos a Ordem do Dia, depois já falaremos sobre isso. Antes da Ordem do Dia, eu queria propor um voto de congratulação pela indicação do Neurocientista Rui Costa, para Presidente do Instituto *Allen*. Rui Costa, natural da Guarda, cientista distinto, líder organizacional comprovado e administrador experiente, há muito enveredou pelo profícuo caminho da pesquisa e descoberta sobre o cérebro. Sendo reconhecido, como um dos mais reconhecidos especialistas em movimento e aprendizagem a nível Mundial. O fascínio pelo comportamento animal levou-o a estudar Medicina Veterinária. Depressa enveredou pela investigação, passando pela Suécia e Estados Unidos, trabalhando com os maiores nomes das Neurociências a nível Mundial. Foi líder de um dos Institutos Nacionais de Saúde Americanos, liderança que deixou para regressar a Portugal para a Fundação Champalimaud. A convite de dois prémios Nobéis, regressou aos Estados Unidos, para o Instituto *Zuckerman* da Universidade de Colômbia, assumindo em 2019 a Direção Científica e Financeira do referido Instituto. Nesse ano, foi eleito membro da Academia Nacional de Medicina Norte Americana e ressaltando a importância das suas descobertas e na abordagem de diversas doenças, como Parkinson, Autismo ou Distúrbios Obsessivo-compulsivos. Em outubro de 2021 recebeu o Prémio ‘*Director’s Pioneer Award*’ dos Institutos Nacionais de Saúde Norte Americanos, com o propósito de descobrir de que forma o cérebro aprende a controlar os órgãos internos e a adequar respostas imunitárias e metabólicas a cada situação. Compreender estas interações irá ter impactos na abordagem de perturbações mentais como a ansiedade e a depressão, ou de problemas neurológicos, como o AVC. Rui Costa é um firme e pioneiro defensor de uma forma de fazer ciência aberta e trabalho em equipa, ajudando a escrever um novo capítulo, na maneira de

fazer ciência transformando a comunidade científica, repercutindo a sua forma de fazer ciência no mundo. A Câmara Municipal da Guarda, em sessão ordinária, congratula-se pela indicação de Rui Costa como Presidente do Instituto *Allen* e a sua procura de uma nova forma de fazer ciência e investigação. Mais importante, ainda, é o seu inegável contributo na investigação na prevenção e tratamento das doenças do cérebro, melhorando a aprendizagem humana e prevenindo o declínio cognitivo. Se todos concordassem, fazíamos a aprovação deste voto de congratulação e, naturalmente, comunicaríamos ao visado. Depois, mais dois ou três pontos, abertura Loja ALDI na Guarda. A ALDI Portugal inaugurou no passado dia dez de dezembro, a sua primeira loja na Guarda, na Rua do Facheiro. Este novo espaço comercial, garante cerca de vinte novos postos de trabalho e tem uma área de vendas de mais de 1040m<sup>2</sup> e oitenta lugares de estacionamento. A loja que integra o Grupo *ALDI Nord* para a promoção do desenvolvimento sustentável. Nesta vertente, um dos objetivos do grupo, para além do comercial e óbvio, é a concretização de doações alimentares em todas as lojas ALDI. E nesse contexto, o retalhista anunciou uma parceria local com a Cáritas Diocesana da Guarda. Um outro ponto, imóveis do *Revive Natureza* lançados na Guarda, com a Secretária de Estado que garantiu a disponibilidade para apoiar os Passadiços e o Hotel de Turismo. A Secretária de Estado do Turismo, Rita Marques, esteve na nossa cidade para a apresentação do quinto Lançamento de sete imóveis no âmbito do programa *Revive Natureza*. A ocasião foi utilizada pelo Presidente da Câmara para chamar a atenção para projetos estruturais do Turismo do Concelho com destaque para os Passadiços do Mondego, obra para a qual solicitou apoio ao financiamento. Na ocasião, o edil sublinhou ainda a situação de impasse no Hotel de Turismo da Guarda que estará a concurso até fevereiro. A Secretária de Estado referiu estar confiante que haverá um investidor interessado no Hotel de Turismo, pois a região tem uma enorme potencialidade turística e a carência no número de camas. O Plano

B, que pode vir a integrar o imóvel na Câmara da Guarda, só será ativado se o primeiro não se concretizar, que é esse o principal objetivo. Quanto aos Passadiços do Mondego e outros projetos turísticos do Concelho, a Secretária de Estado garantiu que está disponível para trabalhar em equipa no projeto, com o Município da Guarda, e encontrar as formas de financiamento necessárias do Turismo de Portugal no quadro do novo programa governamental de incentivos: “Transformar Turismo”. E, por último, o Município apoiou a Feira de Voluntariado da EASIER, que promoveu, com o nosso apoio, uma Feira de Voluntariado no passado dia dezoito de dezembro, no edifício do Paço da Cultura. A iniciativa contou com a presença de várias instituições sem fins lucrativos da Guarda e mobilizou muitos jovens para o voluntariado.” -----

#### **DOCUMENTOS PARA CONHECIMENTO**

- Alteração N.º 9 ao Orçamento da Despesa de 2021. -----
- Alteração N.º 9 às Grandes Opções do Plano (G.O.P.) de 2021.-----
- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Vereador?”-----
- **Luís Couto, Vereador:** “Relativamente àquilo que foi comunicado não tenho nada a acrescentar. Congratulo-me que haja, neste momento, já encetar com o contacto da Câmara com o Governo, no sentido de se resolver o problema do Hotel Turismo. Tirando isso, não tenho mais nada a acrescentar.” -----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “Eu peço desculpa, esqueci-me aqui de um ponto, que tem a ver com o madeiro de Natal, que ontem depois da Assembleia Municipal, tivemos que tomar esta decisão, função da evolução da situação Pandémica, e mais concretamente, no nosso Concelho, onde ainda não se atingiu o ponto de infeção da tendência de evolução do número de casos. Foi solicitado parecer à Saúde Pública sobre a realização dos tradicionais madeiros de Natal, conforme plasmado na Legislação em vigor, bem como das orientações da DGS. E, esta entidade, desaconselha fortemente o seu licenciamento. Foi também convocada a Comissão

Municipal de Proteção Civil, para deliberar sobre a realização dos tradicionais madeiros de Natal, na qual se concluiu, ser imprudente o seu licenciamento, pois a realização do madeiro de Natal proporciona também a aglomeração de pessoas, sem máscara, o que é altamente contra procedente, tendo em conta que o risco de transmissão, atualmente, extremamente elevado no Concelho da Guarda. E, por isso, foi determinado não ser emitida qualquer licença para a realização do madeiro de Natal, bem como o tradicional Magusto da Velha, devendo ser tomadas todas as diligências necessárias para que estas iniciativas não ocorram. Apenas para dar nota, disto também, peço desculpa.” -----

**- Carlos Monteiro, Vereador:** “Muito bom dia a todos. Posso? Também aqui duas ou três notas, relativas aos assuntos Antes da Ordem do Dia. Exatamente também acompanhámos essa decisão, embora nós tivéssemos tido algum tempo a esta parte a perceção com a evolução dos dados da Pandemia, que estas iniciativas a realizar-se tinham que ser com carácter muito restrito, e na verdade, o madeiro de Natal, é de facto, também a demonstração de que iria agrupar e levar muita gente a esse espaço e com os números da Pandemia a aumentarem, claro que se impõem como se fez ontem, e bem, a sua não realização. Mas, também, é com alguma satisfação, mas com alguma estupefação, que nós nos apercebemos, e ainda no dia de ontem, no decorrer da Assembleia Municipal, desses contactos profícuos, e bem, porque de facto a proximidade ao Governo Central e do Executivo, é fundamental para preparar, de facto, aquilo que o senhor Presidente também acabou por referir, não só na atitude e na perspetiva de adquirir mais fundos comunitários para os investimentos que nós desejamos fazer nos próximos anos. Mas, verdade se diga que as Comunidades Energéticas são um projeto cuja candidatura foi lançada no primeiro semestre deste ano, e ouvi de facto a senhora Governadora Civil, representante do Governo Socialista na Guarda, que tem a qualidade de Ministra e Deputada, dizer que nos últimos dois meses, foi um diálogo profícuo se conseguiu

um projeto para a Guarda que são as Comunidades Energéticas de 4,5 milhões de euros. Ora esta candidatura foi feita no primeiro semestre, e com justiça, e penso que o senhor Presidente devia ter repostado essa justiça, que há um trabalho que vem sendo desenvolvido e a senhora Deputada que referiu naquela sessão, e o senhor Presidente estava presente como eu próprio. E, é dito que vamos deixar as questões de lado, vamos unir e com a união vamos conseguir atingir os resultados. Não é com uma união, de numa perspectiva de que em dois meses se fez tudo e apagar o passado que nós vamos ter, de facto, uma projeção do nosso Concelho naquilo que nós desejamos de mais prosperidade e desenvolvimento. Portanto, é bom que, em abono da verdade não se venha dizer que se descobriu a pólvora, ou o Concelho a Guarda nos últimos dois meses. A senhora Ministra já é Ministra há muitos anos a esta parte, Deputada é só agora, ouvimos, de facto ali uma campanha, já para as legislativas, mas a Guarda já não faz opções porque estamos próximos ou estamos distantes de um momento eleitoral. Nós acreditamos porque é assim que projetámos sempre e defendemos os interesses da Guarda de que independentemente dos ciclos eleitorais, há projetos que são alavancadores de desenvolvimento. E, portanto, tal como nos Executivos anteriores e designadamente o liderado por mim, nos últimos dois anos e meio, as Comunidades Energéticas foram uma estratégia fundamental para a política desse Executivo e que teve o seu corolário exatamente com a possibilidade de fazer a candidatura do Parque Industrial a esta renovação tecnológica que o mesmo tem que estar disponível, e portanto, nós aproveitámos essa oportunidade bem acompanhada, com certeza, pelos contactos sucessivos que provavelmente foram também realizados nestes dois anos, mas, apagar o passado não fica bem, muito menos à representante do Governo na Guarda. Que ao contrário de outros Concelhos no País não teve ainda oportunidade de ver a concretização dessa figura. Depois o mesmo acontece com o *Cowork*. O *Cowork* é a terceira vez que é

inaugurado. Todos sabemos como é que o *Cowork* do Nerga, a parceria que foi estabelecida, o Protocolo que foi estabelecido com o Nerga, designadamente todo o equipamento resultou da aquisição que se fez à Associação Comercial. A Associação Comercial tinha um *Cowork* que não foi valorizado, não foi desenvolvido e todo esse mobiliário foi instalado no Nerga, foi adaptado, foi requalificado, foi valorizado. E, portanto, é bom que se diga que não foi nos últimos dois meses que este trabalho foi desenvolvido por este Executivo e, com certeza, que haverá muito trabalho e nós estaremos ao lado deste Executivo para promover as suas iniciativas e também já o trabalho que desenvolveu, mas não fica bem, na nossa perspetiva e num espírito de união como eu ouvi ontem de que a união faz a força, e a força faz o desenvolvimento que se apague, de facto, o bom que foi feito no passado. E, portanto, é com essa satisfação por um lado, mas também estupefação por outro, como eu disse no início das minhas palavras, que vejo de facto esta forma nova de fazer política quer por parte do Governo Português, dos seus representantes no Concelho, quer também por parte deste Executivo que nada disse perante tamanha irrealidade, porque a realidade faz-se no presente construindo um melhor futuro, mas também assente ainda para mais num passado que é bastante recente. Depois uma nota também que me satisfaz, mas vejo aqui, e o senhor Presidente poderá de alguma forma demonstrar que não é assim, que é este projeto do Porto Seco. Com certeza que foi com grande satisfação, que dois anos depois, decorridos mais de dois anos da primeira vez que se colocou quer na agenda dos projetos do Executivo da Guarda, quer também na agenda política, e isso foi feito pelo Executivo que eu lidero e há demonstração clara nesse sentido, de que o Porto Seco é um projeto estruturante para o desenvolvimento económico do nosso Concelho e da Região. Daí, também, na CIM termos tido logo desde a primeira hora, o apoio de todos os Presidentes, inclusivamente, quando estive na Covilhã na inauguração da Linha da Beira Baixa. O próprio Presidente do

Município da Covilhã, nos referiu todo o apoio para que este projeto fosse concretizado na Guarda. E, verdade que, teve a sua concretização dois anos depois, em termos legislativos, que foi anunciado ontem, mas eu não sei, se aqui o Executivo e nessa relação permanente destes dois meses, intensa de concretizações, se o Município da Guarda vai atrás ou vai à frente. Também podemos dizer que vai ao lado, mas eu fiquei sem perceber, vi um anúncio da senhora Deputada na Assembleia Municipal, mas não vi qualquer proposta ou qualquer informação ou esclarecimento por parte do senhor Presidente. Isto porque na verdade nós precisamos de saber onde é que vai ser feito o Porto Seco, já que a Lei concretiza, estamos à espera de quê? De serem feitos mais atos do Governo e o Executivo ficar a olhar para aquilo que o Governo está a fazer? Nós precisamos de saber, efetivamente, quais são os terrenos disponíveis para fazer o Porto Seco? Que contactos já houve com o representante ou com os representantes dos moradores? Porque todos soubemos, há quatro meses atrás, como é que as coisas se desenvolveram e o senhor Presidente, na altura candidato, também foi bastante protagonista disto, portanto conhece bem este assunto, como as suas mãos, e é importante esclarecer a Guarda, então já que temos a concretização legal do Porto Seco na Guarda, onde é que vai ser feito este Porto Seco. Vai ser feito, vamos respeitar o PDM ou então ainda se mantém aquela ideia peregrina do senhor Presidente que o Porto Seco basta colocar uma rede à frente da parte da Estação de Caminhos de Ferro, e já temos um Porto Seco? Ou o Porto Seco é muito mais como nós o entendemos e assim o dissemos à Guarda. Se é mais, então é preciso esclarecer, mas se é menos, também é preciso confirmar se é à frente da Estação de Caminho de Ferro ou se é mais ao lado, ou se não é em nenhum destes sítios e será onde? Que contactos já houve com os proprietários dos terrenos? Estamos à espera de quê? Então, mas o Governo fez o seu trabalho e o Executivo não faz o seu trabalho, mesmo naquilo que parece que é uma relação funcional, pró-ativa, mas

mesmo assim fala-se aqui a duas vozes. Bem é algo que nos preocupa esta forma de evidenciar que em dois meses se fez tanta coisa, de termos um representante do Governo que afinal não respeita as competências dos seus colegas do Governo, porque esta é uma matéria da Coesão, mas quem a anuncia é a Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social. Bem, é que algo que nós também gostávamos de compreender, claro que nesta parte, o senhor Presidente não nos vai esclarecer, não é o sujeito da minha análise, mas ainda assim, nesta relação de pró-atividade que tem acontecido nos últimos dois meses, eu gostaria de perceber melhor o que é que foi que aconteceu de novo , o que é que se está a fazer com base no que já estava previsto e fundamentalmente que compromissos, se é que existem, para promover esta Guarda, designadamente, e muito concretamente no Porto Seco, quero saber qual é o posicionamento da Câmara Municipal da Guarda. Afinal, nós temos terrenos, não temos terrenos, já temos contactos feitos, para onde vamos? É isto que é importante saber, porque a economia não espera, o tempo da economia e dos fundos comunitários, como o senhor Presidente já referiu, por diversas vezes, eles não vão esperar por nós. Ou nós andamos à frente e como já referi também, candeia que vai à frente alumia duas vezes. Portanto, eu esperava ver da sua parte, ontem, mas também hoje ainda é oportuno, dizer claramente sobre o Porto Seco, o que é que está feito, e para onde é que vamos com este projeto estratégico, não só para o Concelho, mas também para a Região. Depois uma quarta questão, uma iniciativa, um projeto que lançou no seu programa eleitoral, de facto é uma ideia nova, ao contrário de muitas outras que estão mais do que gastas, é preciso é concretizá-las. Portanto, e eu estou é a defender nesta primeira parte da minha apresentação, é falar sobre projetos que já foram lançados, mas de facto foi também com grande satisfação que também gostei de ouvir, reconheço, que o senhor Presidente tenha anunciado a criação de um Centro de Envelhecimento Ativo e Saudável. Mas a verdade é que há dois ou três dias, é dado este Centro com sede

na Covilhã, com o principal protagonista a UBI, tendo como parceiros de facto, também, o Instituto Politécnico de Castelo Branco, Guarda e Viseu, muito bem, mas é na Guarda ou é na Covilhã? Gostaria que também esclarecesse a Vereação do Partido Social Democrata, os Guardenses, sobre esta matéria. O que é que foi feito? Se a ideia é uma ideia que é totalmente nova ou não é nova e de facto já era partilhada por várias Instituições da Região, e se de facto, já perdemos o comboio e a sede deste espaço, conforme anunciado na RTP no dia catorze de dezembro de 2021, às dezanove horas. Se ainda podemos contar com este Centro na Guarda ou afinal a Covilhã já se adiantou e numa ideia inovadora do seu projeto eleitoral, afinal ficámos para trás ou não. Era esse esclarecimento que eu gostava de ouvir da sua parte. Obrigado.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito obrigado, senhor Vereador deixe-me só relembrar que as eleições Autárquicas já acabaram e agora estamos em eleições legislativas. Só para percebermos bem, às vezes aquilo que é dito, parece que anda tudo muito preocupado com as eleições legislativas. Eu, enquanto Presidente da Câmara e as senhoras Vereadoras da mesma forma, não estamos minimamente preocupados com as eleições legislativas. Somos cidadãos eleitos por um grupo de cidadãos eleitores independentes e, portanto, nós não entraremos nessas pugnas das eleições legislativas, de outra forma sim, queremos que todas as candidatas e candidatos a Primeiro-Ministro venham aqui à Câmara da Guarda, dizer ao que querem vir, o que querem fazer em prol da nossa Região, porque tudo aquilo que se comprometerem aqui, independentemente de quem quer que seja eleito, vai nos ter sempre à perna para terem que concretizar aquilo que continuamente prometem e não executam. No que diz respeito às candidaturas às Comunidades Energéticas, houve de facto muitos contactos intensos nos últimos dois meses, porque as candidaturas estavam perdidas. Olhe, nem sabia como é que tinham sido feitas as candidaturas, por quem é que tinham sido feitas as candidaturas e, portanto, aqui

dentro da casa, ao nível técnico ninguém as conhecia. As candidaturas estavam completamente perdidas, os Técnicos que sabem da poda, os Engenheiros que devem saber da poda e não estavam minimamente envolvidos no processo. E, portanto, teve que ser feito o trabalho de recuperação dessas candidaturas, porque os prazos foram muito apertados, prazos de uma semana para se elencar todos os dados que eram pedidos, numa segunda fase. E tivemos que trabalhar mesmo muito para que pudesse ser aprovada. É claro que houve, sim senhor, uma candidatura há uns meses atrás. Só tenho pena que aqui dentro da casa, ao nível Técnico da Engenharia, da Divisão respetiva, ninguém soubesse daquilo que tinha sido aprovado, foi mais um dossier, que não foi passado a este Executivo. Bom, outras questões que falou sobre a senhora Deputada Ana Mendes Godinho, sobre este respeito de *Cowork*, aquilo que eu aconselho, quando estiver pessoalmente com ela esclareçam as situações e o Presidente da Câmara não se vai imiscuir nessa matéria. No que diz respeito ao projeto do Porto Seco, é bom registarem em ata, que estão documentos na Câmara Municipal da Guarda, oficialmente, dizendo que a proposta de instalação do Porto Seco era paredes meias com o Bairro Nossa Senhora de Fátima, contrariamente àquilo que foi dito na campanha eleitoral, há documentos escritos, oficiais, dentro da Câmara Municipal da Guarda, com plantas inclusive, referindo que o Porto Seco, era para ser instalado paredes meias com o Bairro Nossa Senhora de Fátima. E, na reunião que nós já tivemos, tivemos a semana passada, com a Administração do Porto de Leixões, falámos sobre esta matéria, explicámos aquilo que se passou ao longo dos últimos meses e até explicámos que a Plataforma, o talude, a Plataforma Ferroviária que se pretendia fazer ali para o Porto Seco, iria ficar à cota dos telhados. E, quando ouviram isto ficaram perplexos, porque uma coisa é fazer uma planta simplesmente em planimetria, outra coisa é verificarmos a altimetria das coisas, da orografia do local. E, por isso, é que o diálogo continua, e a seu tempo, nós não vamos para a praça

pública fazer anúncios do que quer que seja, antes que as coisas estejam previamente acordadas e depois terem que ser decididas em Reunião de Câmara e Assembleia Municipal. Não contem connosco para andarmos a lançar foguetes para o ar para depois alguém apanhar as canas, mas quem apanha as canas é sempre o Zé povo. O Zé povo somos todos nós, a começar por mim. É com isso que podem contar, nem vamos falar de quem é que são os terrenos, se já falaram com proprietários. Não. Esse tipo de negócios não deve ser tratado na praça pública, nada disso. Não é assim que se tratam dessas coisas. As canas, de facto, depois quando nos caem em cima mais tarde, é uma chatice. No tempo certo e adequado, virá à Câmara da Guarda, ou à Assembleia Municipal, as decisões que tiverem que vir, até lá, o caminho tem que continuar a ser feito. Até porque, uma qualquer obra de um Porto Seco, e eu passo a explicar, é preciso fazer a DIA, a DIA é Declaração de Impacto Ambiental. Depois é preciso fazer o projeto de execução, depois é preciso fazer o concurso público, depois é preciso fazer a obra. Já passaram quatro anos. Só em prazos legais já passaram quase quatro anos, e por isso, é que é preciso começar a trabalhar para que rapidamente exista Porto Seco, é para isso que tem que se trabalhar. E é isso que se está a fazer já, porque não queremos esperar quatro anos para que seja feita uma qualquer obra, independentemente, onde quer que ela seja feita, no sítio A, B ou C. Mas queremos é que rapidamente comece a trabalhar, e é isso que nós esperamos que seja publicado ou seja aprovado o Decreto Lei esta semana para se permitir que esse processo comece a avançar já. É isso que nós ambicionamos todos, para que seja, efetivamente, uma realidade esta grande Plataforma Ferroviária. Já agora eu também devo dizer, está registado em ata da Reunião de Câmara, nesta mesma Câmara, no dia nove de agosto de dois mil e vinte, quem trouxe o Porto Seco para a ribalta da comunicação social, dos holofotes, permitam-me, senhoras e senhores jornalistas, fui eu próprio quando era Vereador, está registado em ata, na Reunião de Câmara de nove de agosto de dois

mil e vinte. Uma semana depois, era a senhora Ministra a carregar na mesma tecla e bem, e uma semana depois, era o então Presidente da Câmara, o antigo Presidente da Câmara a carregar na tecla e muito bem. Porque o Porto Seco, esta obra é de todos nós, não é de ninguém, não é do Presidente da Câmara, não era da Deputada e Ministra, do Vereador, nada, é de todos nós. E tudo o que nós possamos fazer para defender este grande projeto, que pode ser e deve ser uma grande alavanca para a nossa economia, não só do Concelho, mas a nível Regional e quiçá também do País. Todos nós devíamos estar de braços dados sempre para defender este grande projeto para a Guarda. No que diz respeito àquilo que referiu sobre o Centro de Investigação Nacional do Envelhecimento, não confundamos as coisas. Uma coisa é o Observatório do Envelhecimento, isso é uma coisa, outra coisa é o Centro de Investigação Nacional. E, tudo deve estar bem alicerçado e é o caminho que está a ser percorrido. E, por isso é que nós já colocámos no orçamento uma verba destinada a essas parcerias e é o caminho que vai continuar a ser feito, sempre em estreita articulação com as Instituições de ensino da Região, a começar pelo nosso Politécnico da Guarda, com o nosso Hospital, com a nossa Faculdade de Medicina, sempre em estreita harmonia. E, é esse trabalho que deve ser feito. Agora, logo á partida, começámos logo a falar mal, ainda a coisa não existe, já começamos a falar mal, por falar mal. Bom, as eleições Autárquicas já terminaram, bem sabemos que estamos em eleições Legislativas, mas essa matéria, pode também ser discutida aqui, naturalmente, no seio da Reunião de Câmara, mas para este caso em concreto, não abona nada e, portanto, era apenas isso que eu queria referir. Muito obrigado.”

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Senhor Presidente, se me permite. “-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Sim, sim, rapidamente, se faz favor.”-----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Sim, muito rápido. Só dizer-lhe duas notas. Primeiro as candidaturas ou existem, ou não existem, não disse que estaria tudo feito, desde logo do ponto de vista da Engenharia, mas as candidaturas do ponto de

vista de documento que promove ou tem como intenção obter financiamento para um projeto desta natureza, ela foi lançada e não estava perdida, na Câmara não estão coisas perdidas, nem muito menos candidaturas. Acho que é excessiva essa expressão, agora com certeza que terá que ser dado cumprimento a outros passos da candidatura, e quanto a isso, foram feitos posteriormente e bem. Agora, é verdade que havia uma candidatura, havia um trabalho feito. Se não houvesse candidatura era mais complicado podermos hoje fazer a publicitação de 4.5 milhões de euros de investimento para o Parque Industrial, depois dizer que documentos escritos, penso que se está a referir sobre o Porto Seco ao PDM que foi aprovado em noventa e três nesta Câmara. Porque se há documentos escritos, quem foi o autor, que assinatura e vinculação tem a Câmara Municipal da Guarda nessa matéria. Apenas se trabalhou nos documentos que existem no Município, que é designadamente o PDM que prevê a área de expansão do Terminal Internacional Ferroviário, imediatamente, nos terrenos a seguir à Estação de Caminho de Ferro. E aquilo que eu disse em campanha, foi que não era ali, portanto, mas eu pergunto a este Executivo, e reitero a pergunta porque não me respondeu. Onde é que é então? Já que não é ali, onde é que é? Não sabe, sei que na praça pública, não devemos discutir estes temas, muito menos os negócios com os proprietários como o senhor Presidente referiu, não é essa a minha visão da política, mas aceito a sua resposta. Mais nada, obrigado.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Ora, em abono da verdade, foi enviado há vários meses atrás, por esta Câmara Municipal da Guarda, o estudo de vinte e tais páginas, da localização do Porto Seco, foi enviado por esta Câmara Municipal da Guarda. E o senhor teve conhecimento, o seu Gabinete tem conhecimento, porque eu fui rebuscar o email que foi enviado para si, e está lá, o estudo do Porto Seco, paredes meias com o Bairro Nossa Senhora de Fátima. E não venha agora a dizer que não (...) esse email. E, portanto, esse estudo foi enviado para o senhor, e o senhor nada

referiu e aceitou como tal. E era isso que estava a ser desenvolvido. Sobre localização é contraproducente na praça pública falar-se o que quer que seja, sobre essa matéria. Primeiro deve-se fazer o trabalho, contínuo, profícuo, de gabinetes, para depois vir à Câmara e à Assembleia Municipal, ato contínuo, a definição do local. Sempre em estreita harmonia e articulação com os Institutos Públicos que devem gerir ato contínuo, o Porto Seco da Guarda, essa grande Plataforma Ferroviária. Em abono da verdade, é bom que se diga isto, porque está registado, é a verdade dos factos.” -----

### **ORDEM DO DIA**

Antes disso, permitam-me senhores Vereadores informá-los, chegou-me às mãos, ontem, só ontem, duas informações dos Serviços Técnicos, para a prorrogação do prazo de duas obras. Bom, eu disse ato contínuo, bom, mas isto tanto faz, vir agora como vir à próxima Reunião de Câmara, que será em meados de janeiro, sensivelmente por aí. Mas aquilo que me referem é que neste momento pode estar em causa os fundos comunitários, porque a obra fica fora de prazo e uma delas está em avaliação e, portanto, tem a ver com o conjunto histórico da Póvoa do Mileu e com a Tenente Valadim, correto Arquiteto Isidro? E aquilo que os serviços Técnicos estão a propor é uma prorrogação de prazo de trinta e seis dias para a Póvoa do Mileu e de trinta dias para a Tenente Valadim. Não que a obra não esteja praticamente pronta, faltam apenas lá uns pequenos pormenores de mobiliário urbano, digamos assim, mas é apenas por causa dos fundos comunitários e não colocar em causa a avaliação que está a ser feita, nomeadamente, numa delas que está a fazer-se a análise se pode ser ou não financiada, essa interação que estamos a fazer. E aquilo que deixo á vossa consideração é se podemos integrar estes dois pontos na Ordem de Trabalhos, única e exclusivamente por esta matéria, porque se não vierem agora, virão em janeiro, mas é apenas por causa desta questão e eu ontem, imediatamente, disse ao senhor Arquiteto Isidro que ia em janeiro, mas

quando me sensibilizou para esta questão. Então aí a questão é outra e naturalmente tinha que colocar esta questão á Reunião de Câmara.”-----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Por nós, atendendo á fundamentação que aqui apresentou, concordamos e queremos é que os processos sejam...”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Vereador Luís Couto? Da mesma forma, muito bem. Então integra-se na Ordem de Trabalhos, depois nos pontos onze e doze.”-----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Senhor Presidente, se me permite, queria também um esclarecimento, se calhar não mo vai conseguir dar agora, mas eu depois queria que esse esclarecimento fosse prestado posteriormente. Eu estive a ler o Regimento, aliás o Grupo dos Vereadores do PSD votou contra, e eu estive a ver e há pouco a sua expressão no sentido, “mas seja breve” e já na última Reunião de Câmara, eu apercebi-me que tinha cinco minutos para falar, mas depois já estava com uma situação limite para poder falar. E, de uma análise, ainda que ligeira, que fiz do Regimento, penso que no período Antes da Ordem do Dia, existem 5 minutos, mas já não sei se existe réplica, se posso fazer e quanto tempo tenho, mas quanto ao período dos assuntos da Ordem do Dia, penso que não é referido tempo, eu gostaria de ver isto esclarecido na próxima Reunião de Câmara, para saber...” --

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Mas podemos esclarecer já, porque eu também estive a ler e, portanto, está lá claramente definido o tempo Antes da Ordem do Dia, mas no Período da Ordem do Dia, não está lá definido tempo.”-----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Pois, mas ...”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Até estamos de acordo, está a ver, olhe.”-----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Certo, mas para nos podermos aqui entender, eu cumprirei rigorosamente se estiver na Lei, se a Lei me impedir, eu não o farei. Dentro daquilo que a Lei permitir, eu esgotarei até ao limite.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Podemos estar aqui até à meia-noite, não há problema nenhum, eu aguento-me bem.” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Sim, certo, também não há problema.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Desde que seja em prol da discussão profícua para o desenvolvimento da nossa terra, estamos todos sempre disponíveis. Eu pedia ao senhor Chefe de Divisão dos Serviços Administrativos, que pudéssemos verificar no período Antes da Ordem do Dia está regulado, não há dúvida nenhuma, no período da Ordem do Dia se há algum subterfúgio na Lei que permite avaliar, digamos esses tempos e depois nos possa informar.”-----

**Ponto 1 - Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Município da Guarda e a Associação Cultural e Social da Freguesia de Panoias e a Associação Sócio Terapêutica de Almeida no Âmbito do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares:-----**

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Vice-Presidência do seguinte teor:

“Proposta VPCM n. °14/2021

(2021-2025)

**Considerando que: -----**

A Autarquia tem atribuições em matérias como a ação social escolar, a saúde e a educação; -----

As refeições escolares são uma competência do Município; -----

Quando o número de alunos não justifique a existência dum refeitório escolar podem ser encontradas soluções alternativas desde que sejam salvaguardadas as condições de higiene e segurança alimentares;-----

Está protocolado esse serviço com IPSS e Freguesias das várias localidades rurais onde funcionam estabelecimentos de educação e ensino; -----

No presente ano letivo, no contexto de transferência de competências e do encerramento da escola da Carvalheira, há necessidade de assegurar a alimentação de alguns alunos através de entidades terceiras; -----

As entidades em causa são: -----

- A Associação Cultural e Social da Freguesia de Panoias – alunos que transitaram da escola, encerrada, da Carvalheira para a do Barracão; -----
- Associação Socio-Terapêutica de Almeida – aluna abrangida pela educação inclusiva cujo programa inclui atividades nessa entidade. -----

***Nessa conformidade,*** -----

*Tenho a honra de propor ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, que se digne submeter ao digno Órgão Executivo, para apreciação e votação, ao abrigo do disposto na alínea d) do artigo 3º; alíneas d) e h) do n.º 2 do artigo 23º, artigo 32.º e n.º 1, alíneas o) u) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais; artigos 13.º a 19.º do Decreto-Lei n.º 55/2009 de 2 de março, a Celebração de Protocolos de Cooperação para o fornecimento de Refeições Escolares com a Associação Cultural e Social da Freguesia de Panoias e com a Associação Socio-Terapêutica de Almeida, conforme documentos anexos.” -----*

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Vereador Luís Couto? -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Tem o voto favorável.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhores Vereadores?” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Sim, votamos a favor.”-----

***A Câmara deliberou aprovar por unanimidade, com seis votos a favor.*** ----

**Ponto 2 - Protocolo entre o Município da Guarda e a Sociedade Anónima, Eólica do Sincelo, S.A.** -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 61 /2021

(Mandato 2021-2025)

**Considerando que:** -----

1. No dia 28 de junho de 2016, foi celebrado, entre a Direção Gral de Energia e Geologia, a Ventiveste e a EDP Renewables, SGPS, S.A. a “Alteração ao contrato relativo à Atribuição de Capacidade de Injeção na Rede do SEP e pontos de Receção Associados para Energia Elétrica Produzida em Centrais Eólicas – Fase B”. -----

2. Um dos projetos é o Sub-Parque Eólico de Argomil-Mouro localizado na agregação das Freguesias sul de Pinhel, no Concelho de Pinhel (onde se localizam 7 aerogeradores bem como o edifício de comando e a subestação) e nas Freguesias de Pera do Moço e Gonçalbocas no Concelho da Guarda (onde se localizam 6 aerogeradores) ambos no Distrito da Guarda. -----

Sendo que, a 30 de junho de 2017, a Assembleia Municipal aprovou por maioria a emissão da declaração deste Equipamento, como Equipamento Especial de Interesse Municipal e em 18 de novembro de 2020, as obras de construção civil necessárias à instalação e exploração do Sub-Parque Eólico de Argomil-Mouro foram autorizadas pelo Município da Guarda com a emissão do Alvará de Licença n.º 131/2020 | Processo n.º 01/2019/131. -----

3. Outro dos projetos é o Sub-Parque Eólico de Galo-Rainha, localizado na União de Freguesias de Avelãs de Ambom e Rocamondo, e nas Freguesias de Pêra do Moço, Codesseiro e Alvendre, todas do Concelho e Distrito da Guarda, equipado com 13 aerogeradores. -----

Sendo que, a 30 de junho de 2017, a Assembleia Municipal aprovou por maioria a emissão da declaração deste Equipamento, como Equipamento Especial de Interesse Municipal e em 06 de janeiro de 2021, as obras de construção civil necessárias à instalação e exploração do Sub-Parque Eólico de Galo-Rainha foram autorizadas pelo

Município da Guarda com a emissão do Alvará de Licença n.º 2/2021 | Processo n.º 01/2019/130. -----

4. A instalação de um Parque Eólico constitui necessariamente a aceitação de uma estrutura estável relevante para a paisagem da região e conformação do habitat e ambiente dos locais próximos do equipamento. -----

5. A sociedade anónima, Eólica Sincelo, S.A, na qualidade de promotor do Parque Eólico, pretende associar-se ao desenvolvimento do Concelho da Guarda, através da Câmara Municipal atribuindo-lhe um montante pecuniário de 470.000€ (Quatrocentos e setenta mil euros). Montante que servirá para compensar quaisquer eventuais impactos negativos que pudessem resultar da Instalação e Exploração do Parque Eólico. -----

**Considerando ainda,**-----

Que o Município da Guarda, enquanto Autarquia Local, tem como atribuição a salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as Freguesias – n.º 1 do artigo 23.º do anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. ----

**Nesta conformidade,**-----

*Ao abrigo do disposto na alínea d) do artigo 3.º, artigo 32.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro que aprova o Regime Jurídico das Autarquias locais, propõe-se a celebração de um Protocolo entre o Município da Guarda e a sociedade anónima, Eólica do Sincelo, S.A., nos termos em anexo. -----*

*Atento o supra exposto, proponho submeter ao digno Órgão Executivo, para apreciação e votação a presente proposta de celebração de Protocolo.” -----*

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Só tenho aqui uma questão. Percebi com facilidade que a Câmara vai ser indemnizada pelo impacto da colocação do equipamento no solo, mas depois fiquei sem saber se havia ou não alguma compensação a dar às Freguesias de

Pera do Moço, de Gonçalo Bocas ou a propósito também da colocação. Porque também presumo que seja nos baldios deles.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Indeminizações por força do aluguer do espaço, etc, isso é com os baldios, com cada um deles. A Câmara Municipal não pode interagir no que quer que seja em termos dessas negociações. Agora esta verba que é destinada ao Município é para fazer face aos impactos, nomeadamente nas estradas, etc. e é essa intervenção que depois irá ser feita em função desta verba que está destinada.”-----

- **Luís Couto, Vereador:** “Muito bem. Nós somos favoráveis, também.”-----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Nesta matéria, se me permite senhor Presidente, dizer o seguinte, nós tivemos diversos contactos com a empresa que é parceira neste Protocolo e havia dois projetos que nós não abdicámos deles e que seriam liquidados e pagos pela empresa que é participada da EDP, suponho eu, Eólica Sincelo S.A. E aqui havia duas obras que estavam comprometidas, era a estrada de Argomil e também todo o arranjo urbanístico do Castanheiro Gigante de Pera do Moço. Eu pergunto, a Câmara vai receber este dinheiro, em troca deste investimento, mas está salvaguardado estas duas obras, para além de outras que este Executivo entende também fazê-lo? Tal como o anterior Executivo fez? Se assim for, nós votamos a favor, agora temos que ter o comprovativo, porque houve um compromisso anterior do Executivo de fazer a estrada de Argomil, Pera do Moço, Nossa Senhora da Alagoa e também o Castanheiro Gigante. Portanto, podemos contar com este investimento que são feitas estas duas obras?”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Vereador, os compromissos que os senhores assumiram, são da vossa responsabilidade. Esta Câmara não tem qualquer responsabilidade sobre os compromissos que os senhores andaram a ter durante a campanha eleitoral. É bom que se diga isto.”-----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Sobre a campanha eleitoral?”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Nós não temos nada a ver com os vossos compromissos do passado, nada a ver mesmo. É mesmo assim, no dia vinte e seis de setembro, a população decidiu o que decidiu. Mas olhe, essas duas obras que o senhor acabou de referir custariam no máximo 200 mil euros, vejam só. E, nós já conseguimos negociar tanto mais do dobro, vejam só isto. Afinal nós ainda sabemos fazer negociações, ainda sabemos fazer boas contas. É esta a diferença, é só mais do dobro que nós agora vamos receber. Porquê? Porque o trabalho é feito de uma forma profícua, de uma forma profissional, metódica, sempre a bater na mesma tecla. E, depois lá conseguimos aos poucos levar a água ao nosso moinho. É assim que deve ser feito. Mas no que diz respeito às intervenções, nós vamos falar com as Freguesias, é assim que deve ser feito, afetadas pelo espaço e iremos levar a efeito todas e quaisquer intervenções que nós chegemos a acordo com as Juntas de Freguesia. Sejam essas, como sabem a estrada da Nossa Senhora da Alagoa há anos e anos que está naquele estado deplorável, ano após ano. O projeto, ainda fui eu que deixei aqui o projeto feito nesta Câmara, já deve estar feito há quase quatro anos, aquele projeto da estrada, do alargamento, não é só pavimentar. Porque era um concurso que está aí, mas esse nós não vamos fazer e vamos deitá-lo mesmo abaixo. Um concurso que era simplesmente pavimentar aquela Plataforma ficando a estrada na mesma com quatro metros de largura, isso não. Tem que ser uma estrada como deve ser, no mínimo com seis metros de largura. E, esse projeto naturalmente nós vamos fazê-lo e no que diz respeito ao Castanheiro Gigante, já bem me recordo em dois mil e dezassete, daquilo que estava prometido há época. E, portanto, essas e outras obras irão com certeza ser feitas sempre em estreita interligação com as Juntas de Freguesia da envolvente do Parque Eólico, é assim que deve ser feito.”-----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Senhor Presidente, permite-me? Eu penso que quando usamos da palavra devemos ser rigorosos. O anterior Executivo “negociou “estas obras, dentro do primeiro projeto que está neste Protocolo. Mas este Protocolo

traz dois projetos, um dos projetos é o Sub-Parque Eólico Argomil-Mouro, localizado na agregação de Freguesias Sul Pinhel e diz, Pera do Moço, Gonçalo Bocas, sim, este é o que nós tratámos. Não me admira que seja 400 mil euros, porque depois diz, o outro dos projetos é o Sub-Parque Eólico Galo-Rainha localizado na União de Freguesias Avelãs de Ambom, Rocamondo e nas Freguesias de Pera do Moço. Portanto, o senhor não trabalhou nem mais, não sabe mais, não é mais rigoroso que ninguém. O senhor apenas tem que ser verdadeiro e dizer o que está aqui. O senhor negociou dois Protocolos e o anterior Executivo negociou um. Portanto, é natural, pelo preço de um fazer dois, estaria mal, mas pelo preço dos dois ter 400 mil euros está bem. Mas o anterior Executivo fez um projeto, portanto acho que é o que está neste momento...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Em abono da verdade, na Câmara da Guarda não havia nenhum Protocolo do que quer que seja, zero. E os dois Parques Eólicos estão grande parte deles precisamente na Freguesia da Pera do Moço. A estrada da Senhora da Alagoa está na Freguesia da Pera do Moço. O Castanheiro Gigante está na Freguesia da Pera do Moço. O senhor, trate as coisas como bem entender, olhe esteja á vontade. Obrigado por ter dito que nós até negociámos bem, muito obrigado e ficamos reconhecidos pelo seu elogio.” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Mas falamos de dois projetos distintos, certo? E elogio sim senhor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Agora o que é facto é que está aqui plasmado...” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Nos dois projetos? Um é novo.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Um Protocolo, que nada existia dentro da Câmara da Guarda, não sabemos porquê? Mas neste momento as coisas são muito límpidas e transparentes. Em abono da verdade é assim que deve ser feito. E, por isso é que propomos à Câmara Municipal da Guarda, desta forma limpa e transparente, a

aprovação deste Protocolo, para que ato contínuo, possamos fazer o encaixe financeiro, para fazermos as intervenções que devem ser feitas. “-----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Nós aprovamos.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Aprovam, muito bem, muito obrigado.”-----

*A Câmara deliberou aprovar por unanimidade, com seis votos a favor.* -----

**Ponto 3 - Aquisição de um Imóvel localizado na Rua General Póvoas, na Guarda, à Pró-Raia - Associação de Desenvolvimento Integrado da Raia Centro Norte com Outorga de Escritura Pública de Aquisição.**-----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência, do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 58/2021

(Mandato 2021-2025)

**Considerando que:**-----

•O Município da Guarda tem como um dos seus objetivos a promoção do investimento e o desenvolvimento económico; -----

•Tem igualmente como prioridade a criação de condições que promovam a criação de postos de trabalho e que sejam fatores de atração de novas empresas, as quais são fundamentais ao seu desenvolvimento territorial; -----

•O Município da Guarda pretende adquirir um imóvel propriedade da Pró Raia - Associação de Desenvolvimento Integrado da Raia Centro Norte, localizado na Rua General Póvoas n.º 28, na Guarda, tendo como objetivo ali instalar empresas tecnológicas, contribuindo assim para dinamizar a economia e aumentar o seu poder de atração do centro histórico da Guarda. -----

•O imóvel tem relatório de avaliação, elaborado por um Perito Avaliador no montante de €307.050,00 (trezentos e sete mil euros e cinquenta cêntimos);-----

•De acordo com o disposto na alínea g) do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a competência para adquirir alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG é da Câmara Municipal. -----

*Face ao exposto tenho a honra de propor, em conformidade com o previsto na alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, que a Câmara Municipal da Guarda delibere adquirir: -----*

*1.À PRÓ RAIÁ – Associação de Desenvolvimento Integrado da Raia Centro Norte, com o NIF 503 256 846, o imóvel sito na Rua General Póvoas n.º 28, 6300 – 768 Guarda, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 6511 da freguesia da Guarda e descrito na competente Conservatória do Registo Predial da Guarda sob o n.º 2971 da extinta freguesia da Guarda (S. Vicente). -----*

*O valor de aquisição é de €250.000,00 (duzentos e cinquenta mil euros), pagos no ato da outorga da escritura pública; -----*

*2. Delegar no Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, competência para outorga da escritura pública de aquisição.”-----*

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Luis Couto, Vereador:** “O nosso parecer, também é de aprovar. Portanto, somos favoráveis à aquisição do imóvel em causa e, portanto, o nosso voto é favorável.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Vereador?”-----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Senhor Presidente, nesta matéria, também com algumas lacunas, que eu gostaria de ter visto aqui na proposta que o senhor Presidente apresenta a esta Câmara, o destino para este imóvel. Na verdade, ouvimos ao longo destes poucos meses que o senhor tem como Presidente, falar em elefante branco em imóveis que o anterior Executivo adquiriu. Existem outros que já está questionado o seu destino, mas nunca nenhum foi adquirido sem dizer à Guarda para que serviam e qual era a sua principal finalidade. Verdadeiramente, chegamos hoje aqui, ou seja, reconhece que é uma política correta, porque está também a adquirir um

imóvel no Centro Histórico, que tem algumas potencialidades, desde logo, funciona lá a Pró-Raia e saber, portanto, concretamente, qual é o destino que pretende dar a este imóvel? Não é só fazer uma proposta e depois ser lacónica naquilo que é essencial. Nunca em experiências passadas, foi apresentada a aquisição de edifícios que não se dissesse para que é que iriam servir. Ora eu não tenho aqui nesta proposta uma única explicação sobre, talvez seja esse seu princípio, de que não deve ser na praça pública, não devemos andar a atirar foguetes e depois o senhor ainda não sabe bem, para que é que serve isto, mas interessa é adquirir e depois logo se vê. Mas o dinheiro público, como tem que ser bem gerido, nesse sentido, entendemos que uma das preocupações é saber para que é que serve isto. E a segunda preocupação, é para onde vai a Pró-Raia? Os serviços da Pró-Raia vão ser desenvolvidos a partir desta aquisição, no mesmo edifício, ou vamos adquirir um outro edifício para que a sede da Pró-Raia se mantenha na Guarda? Ou vai para o Sabugal? Pergunto. São questões que eu gostaria, nesta matéria de ver esclarecidas, antes de me pronunciar sobre...”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “O senhor faça o favor de ler o terceiro parágrafo, a certa altura, onde diz: “tendo como objetivo ali instalar Empresas Tecnológicas”, é esse o objetivo. Portanto, se o senhor quiser ler, faça o favor. Essa é a verdade. E senhor Vereador faça-nos um favor a todos nós, não é a mim, ...”-----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Terceiro ponto?”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Terceiro parágrafo. Não é a mim, é à Guarda, é a esta Câmara Municipal. O senhor não esteja continuamente na política da terra queimada, não esteja continuamente a falar dessa forma, isso não nos leva a lado nenhum. Está lá no terceiro ponto, instalar empresas tecnológicas, senhor Vereador. É muito claro nessa matéria.”-----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Muito bem.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Portanto, agora o senhor acha por bem vir para aqui falar mal de tudo e de todos. Olhe continue. Volto-lhe a dizer que as eleições

Autárquicas já terminaram, agora só estamos em eleições Legislativas, apenas e tão só. No que diz respeito à instalação da Pró-Raia, a Pró-Raia vai continuar na Guarda. Olhe veja só que a minha preocupação, e tenho estado até em contacto com membros do Governo da Tutela, tem a ver com a sobrevivência e o futuro da Pró-Raia, sabe? Porque não sei o que foi feito no passado. Mas, o quadro estratégico 2030, teima em querer colocar em causa a sobrevivência dos GAL – Grupos de Ação Local. E, é esse trabalho que agora andamos a fazer continuamente para que haja verbas para a sua subsistência, para a sua continuidade, independentemente, depois dos setores onde possam intervir. E é essa preocupação que nós estamos a ter desde há dois meses a esta parte, para trás não sei o que é que foi feito. Mas nos últimos dois meses podemos responder por isso. E no que diz respeito às instalações, aquelas instalações, atualmente, e por isso é que nós fizemos esta proposta, são demasiado grandes para aquela Instituição. E, por isso, é que nós vamos encontrar instalações do Município ou outra forma de os pudermos instalar na Guarda, libertando aquele edifício para as Empresas Tecnológicas. Os senhores podem votar.” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Se me permite, talvez eu não tenha feito a pergunta da melhor forma, Empresas Tecnológicas, na última Reunião de Câmara, o senhor Presidente referiu que houve empresas que vieram à Guarda e que se foram embora porque o Município não as acolheu, talvez, não concretizou bem, mas deixou isso no ar. Eu pergunto, que Empresas Tecnológicas são essas, que tipo de serviço elas vão ali prestar, se já pensou nessa solução? Ou, é para Empresas Tecnológicas, e se for de Serviços? É possível ou não? Eu pergunto. Só é para as Tecnológicas? Será Tecnológicas porque já tem contactos feitos e então é necessário comprar este edifício para colocarem. Não há outros edifícios? Pergunto, por exemplo a Associação Comercial, temos destino para ela. O que é que vai ser? E já temos empresas e por isso esta urgência para que estas empresas se localizem e não fujam, ou temos uma expectativa que seja para as empresas Tecnológicas, mas não temos

empresa nenhuma ainda para ocupar este espaço. E, eu pergunto, a urgência da aquisição deste imóvel, se nós não tivermos por hipótese, já as empresas prontas a entrar na Guarda, ou já temos e ainda bem, e aí terá como é objetivo o nosso voto a favor.” -----

**- Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Vereador, sobre o nome das empresas, eu não o vou referir e peço até à comunicação social presente, peço-lhes em nome da Guarda, que não divulguem o fim para que é este edifício. O nome não o vou dizer, por hora. Quando estiver em causa tem que vir a esta Câmara, naturalmente, tem que haver aqui um acordo qualquer. E é nessa altura que se irá saber. Isto porquê? Para que não hajam Concelhos à volta que quando ouvem um Presidente de Câmara falar de mais, na praça pública, depois vêm-nos cá roubar os investimentos. Foi o que aconteceu num passado recente, e que não contem comigo para isso. Não contem, nunca, comigo para isso. Aconteceu há pouco tempo. Quando se colocar em cima da mesa quais é que serão as empresas, é a Câmara Municipal a primeira a saber, naturalmente, nos termos da Lei, mas por hora, os nomes não devem ser divulgados, para proteger os investimentos. É assim que deve ser feito, não é na praça pública, que se discutem o tipo de investimentos, não. É nos bastidores da política que isso se deve discutir e depois vir à Câmara quando as coisas já estão bem consubstanciadas, para não perdermos o investimento. Porque hoje em dia, com as redes sociais, todos sabem no segundo seguinte, no momento seguinte tudo o que aqui se fala. E, por isso, é que nós devemos proteger esses investimentos, devemos proteger a Guarda. Então, os senhores como é que votam?” -----

**- Carlos Monteiro, Vereador:** “Aprovamos.” -----

*A Câmara deliberou aprovar por unanimidade, com seis votos a favor. -----*

**Ponto 4 - Proposta de Apoio Financeiro à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Gonçalo, para Aquisição de uma Ambulância de Socorro. -----**

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 63/2021

(Mandato 2021-2025)

**Considerando que:** -----

•A Câmara Municipal tem vindo a apoiar as três corporações de Bombeiros existentes no concelho com vista ao exercício cabal das várias missões;-----

•A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Gonçalo vem requerer uma participação para a aquisição de uma Ambulância de Socorro que irá ficar ao serviço das populações das freguesias que integram a sua área de atuação; -----

•A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Guarda e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Famalicão da Serra beneficiaram, no presente ano, de apoio semelhante e de igual valor; -----

•A Câmara Municipal tem vindo a apoiar as três corporações de Bombeiros existentes no concelho com vista ao exercício cabal das várias missões;-----

• O valor do investimento é de 33.500,00€; -----

O valor do apoio financeiro está devidamente cabimentado na GOP 4 2.0 2021/5043.

***Nesta conformidade, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere: --***

***Conceder o apoio financeiro à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Gonçalo, no montante de 33.500,00€ (trinta e três mil e quinhentos euros), ao abrigo do disposto na alínea d) do artigo 3º, artigo 32º e alínea o) do nº 1 do artigo 33º do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as suas alterações.” -----***

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Luis Couto, Vereador:** “Favorável” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhores Vereadores, como é que votam?”-----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Favorável.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Bom, já agora, diga-se que o ponto quatro tem a ver com um apoio financeiro à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de

Gonçalo, que num passado recente, há alguns meses atrás, não foram contemplados também com o mesmo apoio. As outras duas corporações foram, isto são decisões políticas. Isso aí, o anterior Executivo saberá o motivo pelo qual o pode ter feito, mas achamos por bem que na justa medida da equidade, que também a Associação Humanitária dos Bombeiros de Gonçalo, deve ter acesso à mesma verba porque tem exatamente as mesmas necessidades e daí nós termos proposto este ponto.”-----

*A Câmara deliberou aprovar por unanimidade, com seis votos a favor.* -----

**Ponto 5 - Fornecimento de Ultracongelados: Pescado e Hortícolas, para Todas as Unidades de Alimentação Coletiva (UAC) do Município - Decisão de Adjudicação.** -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Senhora Vereadora Diana Monteiro, do seguinte teor: -----

“Proposta VDM 17/2021  
(Mandato 2021-2025)

**Considerando que:** -----

Em 14 de dezembro de dois mil e vinte e um, o júri do procedimento elaborou o Relatório Final de Análise de Propostas, nos termos do artigo 148º do Código dos Contratos Públicos.-----

No âmbito da audiência prévia dos concorrentes, verificou-se que não foi apresentada nenhuma reclamação, não havendo alteração ao teor das conclusões expressas no Relatório Preliminar. -----

*Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal da Guarda delibere:*-----

*o Aprovar, nos termos do disposto no nº 4 do artigo 148º do Código dos Contratos Públicos, todas as propostas contidas no Relatório Final, nomeadamente para efeitos de adjudicação do concurso público “Fornecimento de Ultracongelados Pescado e Hortícolas para todas as Unidades de Alimentação Coletiva (UAC) do Município”: Lote 1, 2, 3, 4, 5 e 6 à empresa Friguarda – Produtos Congelados,*

*Lda. O lote 1 no valor de 40.622,38€, o lote 2, 31.626,40€, o lote 3, 54.059,40€, o lote 4, 22.790,30€, o lote 5, 5.898,62€ e o lote 6, 19.006,27€, num valor total de 174.003,37€ (cento e setenta e quatro mil, três euros e trinta e sete cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com um prazo de 365 dias.*

*o Aprovar, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 98º do Código dos Contratos Públicos as Minutas dos Contratos.” -----*

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Favorável” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhores Vereadores?” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Votamos a favor.” -----

*A Câmara deliberou aprovar por unanimidade, com seis votos a favor. -----*

**Ponto 6 - Concurso Público de Concessão de Serviços de Transportes Coletivos de Passageiros da Guarda - Prorrogação do Prazo para a Prestação de Caução. -**

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência, do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n. º54/2021

(Mandato 2021-2025)

**Considerando que:** -----

• Em sete de dezembro de 2021, o adjudicatário submeteu na plataforma eletrónica de contratação os documentos de habilitação solicitados, dentro do prazo estipulado. No mesmo documento vem o mesmo pedir prorrogação de prazo para a prestação da caução, de acordo com seguinte conteúdo: -----

*«ENCOSTA TOUR, LDA., Sociedade Adjudicatária melhor identificada nos autos em epígrafe, vem junto de V. Exa. Informar que já procedeu a novo pedido de Certificado de Admissibilidade de Firma, com o Código de Acesso 5438-5513-6742, conforme comprovativo que se junta, estando nesta data a aguardar resposta por parte da Entidade Responsável. -----*

Nesse sentido, e em consequência, mostra-se também prejudicada a constituição da caução/garantia bancária em nome da nova sociedade, desde já se requerendo que V. Exas. se dignem prorrogar o prazo para constituição de caução/garantia bancaria, por prazo nunca inferior a 30 (trinta) dias após a constituição da empresa, pelos motivos supra alegados e com as devidas e legais consequências.-----

Ora, de acordo com o disposto no artº 23º do Programa de Concurso *«Para garantia da celebração do contrato e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, o adjudicatário deve prestar uma caução correspondente a 2% do produto da remuneração anual prevista no Caderno de Encargos indicada na proposta adjudicada por 5 (cinco) anos no prazo de 10 dias úteis após a receção da notificação da decisão de adjudicação, mediante um dos seguintes modos: -----*

- Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português á ordem da Câmara Municipal da Guarda nos termos do modelo constante dos anexos ao presente Programa de concurso;-----

- Mediante garantia Bancária ou Seguro-caução, nos termos do modelo constante dos anexos ao mesmo Programa de concurso»-----

•Perante o disposto no citado art.º 23º do Programa de Concurso a prestação de caução é obrigação da adjudicatária e não da sociedade concessionária.-----

***Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal da Guarda delibere:-----***

***Indeferir o pedido de prorrogação de prazo para a entrega da caução, referida no artigo 23º do Programa de Concurso, por não encontrar suporte legal invocado pela adjudicatária.»-----***

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Vereador Luís Couto?”-----

- **Luís Couto, Vereador:** “(...) Portanto, nós votamos favoravelmente.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhores Vereadores?”-----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Votamos a favor.”-----

*A Câmara deliberou aprovar por unanimidade, com seis votos a favor. -----*

**Ponto 7 - Constituição de Fundos de Maneio para o Ano de 2022. -----**

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Senhora Vereadora Diana Monteiro,  
do seguinte teor: -----

“Proposta VDM n.º 16/2021

(Mandato 2021-2025)

**Considerando que: -----**

**1.** A Norma de Controlo Interno estabelece no artigo 22º o seguinte: -----

- Os Fundos de Maneio são pequenas quantias de dinheiro atribuídas a trabalhadores para fazer face a pequenas despesas urgentes, inadiáveis e imprevistas, que não se possam prever antecipadamente, cuja natureza corresponda à classificação orçamental que lhe está associada, de acordo com o Classificador Económico das Receitas e Despesas das Autarquias Locais, aprovado pelo DL n.º 26/2002, 14 de fevereiro (retificado pela Declaração de Retificação n.º 8-F/2002, de 28 de fevereiro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 69-A/2009, de 24 de março, pelo Decreto-Lei n.º 29-A/2011, de 1 de março e pelo Decreto-Lei n.º 52/2014, de 7 de abril), devendo ser criados tantos quantos os necessários.-----

- O Fundo de Maneio caracteriza-se por ser: -----

a) Pessoal e intransmissível; -----

b) Anual, devendo ser repostado no fim do ano; -----

c) Único - cada Fundo de Maneio deve estar afeto a um determinado conjunto de classificação orçamental previamente definido. -----

- O Fundo de Maneio não pode ser utilizado para aquisição de bens suscetíveis de inventariação;-----

- Em caso de incumprimento do estabelecido no número anterior, são solidariamente responsáveis pela despesa, o titular do Fundo Maneio e o respetivo dirigente. -----

2. Compete à Câmara Municipal, sob proposta do Chefe da DFCCP, aprovar a constituição dos Fundos de Maneio; -----

3. Esta proposta deve ser aprovada em minuta e conter os seguintes elementos: ---

a) Nome do titular;-----

b) Justificação sob o ponto de vista das necessidades funcionais e operativas; ----

c) Montante máximo disponível por mês e as rubricas orçamentais autorizadas para suportar as respetivas despesas;-----

4. De acordo com informação da chefe de Divisão Financeira, Contratação Pública e Património há necessidade de constituição dois fundos de maneio, tendo em consideração as atividades que são desenvolvidas e realizadas no Município e que obrigam a despesas urgentes e inadiáveis; -----

*Assim face ao exposto tenho a honra de propor que o Executivo: Delibere a constituição de dois fundos de maneio para o ano de 2022, nos termos descritos no quadro que se segue:”-----*

Código da classificação Contabilística	Designação	Valor por titular	
		Sónia Corrêa	Bruno Pina
01.02/02.01.08	Material de escritório	150 €	150€
01.02/02.01.15	Prémios, condecorações e ofertas	150€	150€
01.02/02.01.21	Outros bens	800€	800€
01.02/02.02.09	Comunicações	150€	150€
01.02/02.02.10	Transportes	100€	100€
01.02/02.02.11	Representação dos serviços	400€	400€

01.02/02.02.13	Deslocações e Estadas	400€	400€
01.02/02.02.25	Outros Serviços	300€	300€
01.02/02.01.02.01	Gasolina	100€	100€
01.02/02.01.02.02	Gasóleo	100€	100€
01.02/06.02.03.05	Outras Despesas	400€	400€
<b>Total</b>		<b>3.050€</b>	<b>3.050€</b>

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Também, da mesma forma. Acho que o fundo de maneiio é uma necessidade das Instituições, das Organizações. O valor, parece-me um valor, enfim, simbólico. E, portanto, nós também votamos favorável.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhores Vereadores?” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Votamos a favor.”-----

*A Câmara deliberou aprovar por unanimidade, com seis votos a favor.* -----

**Ponto 8 - Prestação de Serviços de Limpeza nos Diversos Edifícios do Município da Guarda - Abertura de Concurso Público - Aprovação das Formalidades do Procedimento.**-----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência, do seguinte teor: -----

“PCM n.º 56/2021

Proposta (Mandato 2021-2025)

**Considerando:** -----

1. Existe a necessidade de abertura de procedimento de um Concurso Público com publicação de anúncio no *Jornal Oficial da União Europeia (JOUE)*, para “Prestação de Serviços de Limpeza nos Diversos Edifícios do Município da Guarda”, para 24 meses de duração do contrato, estimado em 520 000,00 € (quinhentos e vinte mil euros) acrescida da taxa de IVA, que constituirá um encargo plurianual para os anos económicos 2022-2023 e 2023-2024;-----

2. O Município tem reduzido significativamente o número de assistentes operacionais, resultado das inúmeras saídas por aposentações, baixas médicas prolongadas, que levou à degradação do estado da limpeza, tanto nos espaços reservados aos trabalhadores como nos espaços usados pelos utentes; -----

3. Atendendo aos factos expostos, o Município não tem condições para assegurar, pelos seus próprios meios, a limpeza e higiene adequada de todos os edifícios municipais, de forma a garantir o mínimo de satisfação exigível; -----

*Tenho a honra de remeter a presente proposta à próxima reunião de Câmara Municipal no sentido de deliberar:-----*

*1. Aprovar as peças do procedimento, nos termos do disposto nos números 1 e 2 do artigo 40º do Código dos Contratos Públicos; -----*

*2. Decidir contratar nos termos e fundamentos da informação técnica em anexo que faz parte integrante da presente proposta, nos termos do artigo 36º do Código dos Contratos Públicos;-----*

*3. Decidir, nos termos do artigo 38º do Código dos Contratos Públicos, adotar o procedimento de concurso público para a formação do contrato, com anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, prevista na alínea a) nº 1 do artigo 20º do C.C.P.;-----*

*4. Designar de acordo com o artigo 67º o júri que conduzirá o procedimento e delegar no mesmo as competências, nos termos do artigo 109º, nº 1 do Código dos Contratos Públicos, as competências previstas no artigo 69º do Código dos Contratos Públicos.” -----*

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Eu não consultei o quadro de pessoal que aprovámos na anterior Reunião de Câmara, de qualquer maneira, queria perguntar o seguinte, esta aquisição de serviços, nomeadamente, limpeza para todos os espaços que são do Município, leva-me à seguinte questão, e eu gostaria que me esclarecessem. A nossa

Câmara é das Câmaras do Interior com maior número de trabalhadores. De longe, com mais trabalhadores que as Câmaras nossas vizinhas. E, o que eu pergunto é dado o número de Assistentes Operacionais que a própria Câmara, na sede tem, o que é que os Assistentes Operacionais fazem aqui na sede, no Município?”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Vereador, o que lhe posso responder é que os que estão afetos à limpeza, aliás nós para este concurso, com a senhora Chefe de Divisão, fizemos já alguma reorganização nestes serviços. Porque repare, no concurso anterior, no ano passado, aliás é o que está em vigor ainda, aqui neste mesmo edifício. No edifício era feita a limpeza de duas formas distintas, tínhamos cá funcionários da Câmara e funcionários da limpeza e o mesmo acontecia em mais três ou quatro espaços do Município. E, nós acabámos com isso, vamos acabar com isso, ou seja, e com isso vamos fazer uma poupança expectável de cerca de 50 mil euros por ano, concentrando os funcionários que temos na Câmara Municipal, no TMG, no Museu, na BMEL, no CEI. E, esses edifícios passam a ser mantidos única e exclusivamente pelos funcionários da Câmara da Guarda. Tudo o resto, instalações desportivas, cujo horário é sempre muito contínuo todos os dias, é para além do horário normal de funcionamento, os sanitários públicos, a Plataforma Logística com as casas de banho que tem lá, o Mercado Municipal, a Central de Camionagem, tudo o que são serviços cujos horários vão muito para além do horário normal de trabalho, é que estão incluídos aqui neste concurso de limpeza. E foi desta forma que ele foi feito.”-----

- **Luís Couto, Vereador:** “Era essa a minha sugestão precisamente.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Estamos de acordo. Portanto, há estes quatro, cinco edifícios que passarão a ser mantidos apenas pelos funcionários do Município.” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Em Coimbra, na sede, também era ...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “No concurso anterior sim, atualmente não. Para o novo concurso, mas podemos verificar. Senhora Chefe de Divisão, é assim? Falei correto. Muito obrigado.”-----

- **Luís Couto, Vereador:** “O nosso voto é favorável.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhores Vereadores?”-----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Nós votamos a favor.”-----

*A Câmara deliberou aprovar por unanimidade, com seis votos a favor.* -----

**Ponto 9 - Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins em Espaços Verdes na Cidade da Guarda - Deliberação de Não Adjudicação e Revogação da Decisão de Contratar.**-----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência, do seguinte teor: -----

“PCM n.º 55/2021

Proposta (Mandato 2021-2025)

**Considerando que:**-----

1. A Divisão do Ambiente, Equipamentos e Infraestruturas propôs a abertura de procedimento concursal de concurso público para “Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins em Espaços Verdes na Cidade da Guarda”, com a informação técnica nº 11075 em 07 de setembro de 2021;-----
2. Em 08 de setembro de 2021, foi proferido despacho de aprovação pelo órgão competente para a decisão de contratar do referido procedimento concursal “Manutenção e Conservação de Jardins em Espaços Verdes na Cidade da Guarda. ----
3. Foi publicado o concurso público em 20 de setembro de 2021, designado por 135/2021, com data limite de apresentação de propostas a 20 de outubro de 2021;-----
4. Foram apresentadas 8 proposta dentro do prazo do prazo estipulado. No entanto, no decorrer da análise das propostas, detetaram-se omissões nas peças do procedimento;
5. Atendendo à existência de omissões nas peças do procedimento e face ao exposto na alínea c) do n.º1 do artigo 79º do CCP propõe-se a não adjudicação do

procedimento e a revogação da decisão de contratar ao abrigo n.º 1 do art.º 80 do CCP (D.L. 18/2008 de 29 de Janeiro e respetivas alterações);-----

6. Em cumprimento do nº3 do art.º 79º do CCP, é obrigatório dar início a abertura de novo procedimento no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da decisão de não adjudicação;-----

*Tenho a honra de remeter a presente proposta à próxima reunião de Câmara Municipal no sentido de deliberar:-----*

*- Não adjudicar o Concurso Público de “Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins em Espaços Verdes na Cidade da Guarda”, em cumprimento do estatuído na alínea c), do n.º 1, do artigo 79.º do CCP; -----*

*- Revogar a decisão de contratar conforme determinado pelo n.º 1 do artigo 80.º do CCP; -----*

*- Abertura de novo procedimento no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação da decisão de não adjudicação, ao abrigo do nº 3 do artigo 79º do CCP.”-----*

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

**- Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Vereador Luís Couto?”-----

**- Luís Couto, Vereador:** “No ponto nove eu queria uma explicação por favor. Diz aqui, a justificação da anulação do concurso, da não adjudicação diz que tem a ver com omissões que não foram introduzidas no concurso. Podíamos saber que omissões foram essas?” -----

**- Sérgio Costa, Presidente:** “A informação que nós ... fizemos o levantamento juntamente com a Divisão tem a ver com os espaços que não estavam incluídos e outros cuja periodicidade de manutenção era muito reduzida. E, por isso, lançaram um novo procedimento, porque ainda estamos a tempo. Porque este concurso vai até março, se não me falha a memória, portanto ainda estamos a tempo de fazer essa correção. “-----

- **Luís Couto, Vereador:** “E houve alguma razão em especial por não terem sido incluídos esses espaços?”-----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “Gralha, meramente gralha.”-----
- **Luís Couto, Vereador:** “Só?” -----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “Exatamente.”-----
- **Luís Couto, Vereador:** “O meu comentário é que os serviços tenham o cuidado de preparar os concursos para não se perder tempo ...” -----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “Mas, aqui nós verificámos a questão precisamente do tempo, e como vai até março o concurso que está em vigor, portanto ainda tínhamos tempo para fazer um novo concurso, caso contrário, teríamos que dar seguimento e depois resolvê-lo de alguma outra forma, não sabemos qual. Senhores Vereadores?”--
- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Eu nesta matéria, também se prende um pouco com aquilo que já foi dito ali pelo senhor Vereador do Partido Socialista, são omissões, mas em relação ao concurso anterior e cuja deliberação de não adjudicação veio aqui para ser aprovada, o valor para três anos em termos proporcionais era um valor mais baixo, não se menciona aqui a questão do valor, ou a questão do valor também foi motivo pela não adjudicação? Agora está mais alto.” -----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “Não. O valor baixou. Eram quase 1 milhão de euros e agora são 700 e qualquer coisa euros.” -----
- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Mas tínhamos 2021...”-----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “Eram três anos, o concurso (...) podemos discutir os pontos.” -----
- **Carlos Monteiro, Vereador:** “O concurso é para dois anos.” -----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “É para dois anos e com a inclusão de todos os espaços e com a periodicidade que eles devem ser mantidos, nomeadamente a encosta Norte que tem um grande volume.” -----
- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Mas subiu porque era dois anos e passou a três.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Não, não. Nós baixámos para dois anos.”-----
- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Pois exato. Mas em três anos se fizermos o valor que tínhamos em três anos, era mais baixo do que em dois. Não quer dizer que esteja mal, mas só que de facto o valor ...”-----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “Em três anos eram 950 mil euros.”-----
- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Exato.”-----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “Nós baixámos para dois anos que são 700 mil euros, o preço base, e vamos ver como é que o mercado corresponde. Com a introdução das gralhas e dos espaços que não estavam lá incluídos e incluímos-los todos. Ou ficam todos incluídos ou não andamos aqui a fazer paredes meias porque depois a Câmara não tem funcionários para fazer depois a manutenção.”-----
- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Mas concorda comigo, que em termos relativos 700 e 900 quer dizer há uma desproporção no valor. Agora justifica-se pela razão que invocou. Certo, eu aceito isso, mas como não se mencionou só a questão do preço.” --
- **Sérgio Costa, Presidente:** “A encosta Norte, por exemplo, foi um dos casos que, a encosta Norte que tem alguns hectares que estava a ser mantido uma vez por mês, não faz o mínimo sentido, aquilo é um Parque urbano dentro da cidade e passa a ser mantido todas as semanas. E, só aí, há um *upgrade*, digamos em termos de valor e, portanto, daí nós termos feito esta proposta.”-----
- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Votamos a favor.”-----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “Do nove e do dez?”-----
- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Sim.”-----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Vereador Luís Couto, o ponto dez também?” ---
- **Luís Couto, Vereador:** “Sim, também. Mas de qualquer maneira queria reafirmar aquilo que disse no ponto oito.”-----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “Sim, da mesma forma.”-----

- **Luís Couto, Vereador:** “Da mesma forma, é bom que tenham cuidado para não se andar a perder tempo, nem tempo, nem dinheiro.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “E já agora, em termos de recursos humanos, o Município da Guarda, terá cerca de dez Assistentes Operacionais nesta área, cerca de quatro ou cinco deles, já há beira da reforma. E, portanto, servem apenas para fazer aqueles piquetes de urgência, chamemos-lhe assim, e fazerem pequenos arranjos na cidade toda, que é para não haver a repetição do mesmo serviço, como por vezes nós vimos. Foi dessa forma que nós trabalhámos, precisamente, para sabermos a responsabilidade de cada um.” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Se o senhor Presidente me permite, queria dizer o seguinte, eu não tenho nada contra a contratualização de serviços com entidades privadas, nada. Agora, gosto sempre de que a comparação se faça, entre o quadro público, a despesa que isso representa e o privado e a despesa que isso representa. E, portanto, uma nota que eu gostaria de deixar era que no futuro se fizesse essa avaliação, os serviços fizessem essa avaliação, para se saber se no ano dois mil e vinte e quatro, se há-de lançar um procedimento igual ou se não.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Aliás, essa é a razão porque este procedimento não foi por três anos, mas por dois, porque por um ano já era normal, agora por dois, para ver como é que correm dois anos, e depois se correr bem, até se pode lançar por quatro anos, por hipótese. Mas é precisamente para fazermos aqui uma avaliação, agora de uma forma mais...” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “É que isto nem é sequer uma questão ideológica, é uma questão do ponto de vista de gestão, não é mais nada.” -----

*A Câmara deliberou aprovar por unanimidade, com seis votos a favor.* -----

**Ponto 10 - Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins em Espaços Verdes na Cidade da Guarda - Abertura de Concurso Público - Aprovação das Formalidades do Procedimento.** -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência, do seguinte teor: -----

“PCM n.º 57/2021

Proposta (Mandato 2021-2025)

**Considerando:** -----

1. Existe a necessidade de abertura de procedimento de um Concurso Público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE), para “**Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins em Espaços Verdes na Cidade**”, estimado em **705 290,12 € (setecentos e cinco mil, duzentos e noventa euros e doze cêntimos)**, acrescido de IVA , que constituirá um encargo para os anos económicos 2022 e 2023 devidamente prevista na rubrica orçamental 0102 020203 e na GOP 246 2021/5061.-----

2. A Autarquia não dispõe de meios humanos próprios e materiais para garantir a Manutenção e Conservação de Jardins em Espaços Verdes na cidade da Guarda; ---

3. Os espaços verdes públicos assumem na atualidade uma importância central e crescente para a qualidade de vida das populações e para o equilíbrio ecológico saudável do ambiente urbano. -----

4. Dada a inegável relevância dos espaços verdes para a população em geral e a necessidade de os manter conservados e em bom estado, justifica-se um cuidado e atenção permanente com a preservação destes locais, considerados absolutamente essenciais à socialização, vivência e qualidade paisagística urbana.-----

***Tenho a honra de remeter a presente proposta à próxima reunião de Câmara Municipal no sentido de deliberar:***-----

***1. Aprovar as peças do procedimento, nos termos do disposto nos números 1 e 2 do artigo 40º do Código dos Contratos Públicos;***-----

***2. Decidir contratar nos termos e fundamentos da informação técnica em anexo que faz parte integrante da presente proposta, nos termos do artigo 36º do Código dos Contratos Públicos;***-----

*3. Decidir, nos termos do artigo 38º do Código dos Contratos Públicos, adotar o procedimento de concurso público para a formação do contrato, com anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, prevista na alínea a) nº 1 do artigo 20º do C.C.P;-----*

*4. Designar de acordo com o artigo 67º o júri que conduzirá o procedimento e delegar no mesmo as competências, nos termos do artigo 109º, nº 1 do Código dos Contratos Públicos, as competências previstas no artigo 69º do Código dos Contratos Públicos.”-----*

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

*A Câmara deliberou aprovar por unanimidade, com seis votos a favor. -----*

**Ponto 11 - Requalificação do Conjunto Histórico da Póvoa do Mileu - Guarda**

**- Aprovação do Novo Plano de Trabalhos e Prorrogação do Prazo.-----**

*A Câmara deliberou aprovar por unanimidade, com seis votos a favor. -----*

**Ponto 12 - Reabilitação do Largo Frei Pedro e Envolvente, Rua do Encontro, Rua Alves Roçadas e Rua Camilo Castelo Branco - Fase 1 - Aprovação do Novo Plano de Trabalhos e Prorrogação do Prazo.-----**

**- Sérgio Costa, Presidente:** “Os pontos onze e doze, são os pontos que introduzimos há pouco, das duas prorrogações, posso considera-los aprovados também?” -----

**- Luís Couto, Vereador:** “Sim.” -----

*A Câmara deliberou aprovar por unanimidade, com seis votos a favor. -----*

**- Sérgio Costa, Presidente:** “Permitam-me desejar a todas e a todos umas boas festas. Um santo Natal para todos, para toda a família e um excelente ano dois mil e vinte e dois. Tomámos a liberdade de entregar às senhoras e senhores Vereadores uma pequena lembrança simbólica de Natal e a quem ainda não tem o anjo da Guarda, aqui está o anjo da Guarda, um dos ícones da nossa cidade, do nosso

Concelho, para que possa ocupar um lugar distinto, de eleição nos vossos escritórios. Muito obrigado.” -----

### **ENCERRAMENTO**

As deliberações constantes desta ata foram aprovadas em minuta, para efeitos de executoriedade imediata. -----

Não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião quando eram onze horas e doze minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Presidente, e por mim, Vanda Cristina Simões Leal Bule de Sá Rodrigues, Técnica Superior, que a subscrevi. -----